



INSTITUTO FEDERAL
Rio de Janeiro

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA/AUDIN N.º 01/2018/004/AUDIN/IFRJ

CAMPUS RIO DE JANEIRO

Assunto: Ação n° 02 do PAINT/2018 – Evasão e Retenção Escolar

Referência: PAINT 2018.

SUMÁRIO

I – APRESENTAÇÃO	3
II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E MATERIAL DE REFERÊNCIA.....	3
III – METODOLOGIA APLICADA AOS TRABALHOS	5
IV – ESCOPO DO TRABALHO	5
V – CRITÉRIOS DE AMOSTRAGEM	5
VI – INFORMAÇÕES, ANÁLISES, CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	6
INFORMAÇÃO 001	6
INFORMAÇÃO 002	7
INFORMAÇÃO 003	8
INFORMAÇÃO 004	9
ANÁLISE 001	12
ANÁLISE 002	13
1. CONSTATAÇÃO 001	14
2. CONSTATAÇÃO 002	15
3. CONSTATAÇÃO 003	16
VII – CONCLUSÃO.....	19

I – APRESENTAÇÃO

O Presente documento corresponde ao relatório de Auditoria Interna sobre a avaliação da **Evasão e Retenção** escolar no ensino técnico de nível médio e no ensino de graduação do IFRJ, prevista na Ação 2.1 do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT-2018) no tema Permanência e êxito dos estudantes e no processo nº. 23270.102557/2018-37, tendo sido planejado a partir do preenchimento da Matriz de Risco utilizada para análise de processos críticos, desenvolvida pela AUDIN, considerados em relação a sua materialidade, relevância e criticidade, bem como com o planejamento estratégico, a estrutura de governança, os controles existentes, os planos, as metas, os objetivos específicos e as políticas do IFRJ.

A **finalidade** do presente relatório é levar ao conhecimento do Diretor Geral do **Campus Rio de Janeiro** e demais responsáveis, sobre o resultado da avaliação procedida pela Auditoria Interna em face do tema permanência e êxito dos estudantes, em conformidade com as normas aplicáveis à educação pública e com às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, afim de que sejam adotadas providências em atendimento a(s) recomendação(es) exarada(s) pela Auditoria Interna, tendo a presente ação de auditoria sido desenvolvida com o **objetivo** de verificar as ações e avaliar os controles internos existentes com relação à evasão e à retenção de alunos, mais notadamente dos discentes dos cursos do ensino técnico de nível médio e do ensino superior no IFRJ, com vistas a propor medidas para reduzi-la.

II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E MATERIAL DE REFERÊNCIA

Os trabalhos foram desenvolvidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, bem como, em observância da legislação vigente sobre a matéria, a saber:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988;
Lei fundamental e suprema do Brasil.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990;
Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996;
Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEI Nº 10.287, DE 20 DE SETEMBRO DE 2001;
Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008;

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal Brasileiro

DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.

Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

ACÓRDÃO 506/2013 – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

Referente a avaliação das ações de estruturação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

TERMO DE ACORDO DE METAS E COMPROMISSOS DE 2010

Termo firmado entre o MEC e os Institutos Federais para fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais.

NOTA INFORMATIVA Nº. 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC

Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes.

RELATÓRIO DE AUDITORIA OPERACIONAL DO TCU EM AÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA/2012

Referente a avaliação da atuação dos Institutos Federais com relação aos temas afetos a sua área de atuação.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO IFRJ / 2016

Prestação de Contas Ordinária Anual

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI 2014-2018

Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IFRJ

PLANO ESTRATÉGICO 2016

Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento da Evasão e Retenção Escolar no IFRJ

PORTARIA Nº. 180 DE 31 DE AGOSTO DE 2015.

Institui a Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes da Rede Federal – CIPE no âmbito do IFRJ.

REGULAMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Anexo à Resolução Nº 03 de 09 de fevereiro de 2015.

REGULAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Anexo à Resolução nº. 08 de 13 de março de 2015.

REGULAMENTO DOS CONSELHOS DE CLASSE

Anexo à Resolução nº 19, de 19 de abril de 2013.

III – METODOLOGIA APLICADA AOS TRABALHOS

Foram utilizadas as seguintes técnicas de auditoria:

- 1) Indagação escrita: Solicitações de Auditoria;
- 2) Análise documental:
Análise das respostas apresentadas pela unidade auditada;
Levantamento dos cursos ofertados em cada campus;
- 3) Exame dos registros:
Confrontação de dados dos registros acadêmicos
- 4) Correlações das informações obtidas;

IV – ESCOPO DO TRABALHO

A Diretoria de Gestão Acadêmica – DGA e o campus Rio de Janeiro forneceram as informações solicitadas pela Auditoria Interna, sendo pertinente mencionar que nenhuma restrição foi imposta aos trabalhos da equipe de auditoria. Frente a disponibilização dos elementos solicitados, esta auditoria pode desenvolver seus trabalhos, definindo como escopo a análise dos períodos letivos de 2016.1, 2016.2, 2017.1 e 2017.2, referente ao quantitativo de alunos por turma do Ensino Técnico de Nível Médio e do quantitativo de alunos por disciplina das turmas do Ensino de Graduação ofertados pelo campus Rio de Janeiro.

V – CRITÉRIOS DE AMOSTRAGEM

A amostra foi selecionada com base nos critérios de materialidade e relevância, analisando a relação dos inscritos por turma dos cursos Técnico de Nível Médio de Alimentos e de Manutenção e Suporte em Informática, compreendidos nos períodos letivos de 2016.1 a 2017.2.

Após a análise dos dados encaminhados pelo *campus* e delimitados no escopo, procedemos a execução dos trabalhos.

VI – INFORMAÇÕES, ANÁLISES, CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

INFORMAÇÃO 001

Evasão e retenção escolar

A evasão de alunos é um problema que atinge as diversas instituições de ensino no país, sendo um dos principais fatores que impactam negativamente nas taxas de conclusão dos cursos.

A evasão discente é definida como a interrupção do aluno no ciclo do curso. Nessa situação o aluno pode ter abandonado o curso, não realizado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência do curso.

A retenção discente é a condição em que o estudante permanece no Instituto por um período de tempo maior do que o previsto na matriz curricular para conclusão do curso.

A evasão escolar representa uma ruptura da formação do indivíduo, que evade o ambiente educativo pondo em falha o seu ensino-aprendizagem.

A escola possui vasta responsabilidade na formação do indivíduo, pois a instituição não se encontra afastada das políticas públicas que direciona os gestores e administradores escolares na sua contínua prática, sendo o professor um dos principais agentes do processo para o combate à evasão escolar, face ao seu contato direto e diário com o aluno, cabendo diagnosticar quando o mesmo não está indo à escola (sem justificativa) e iniciar o processo de resgate.

Quando os pais confiam à guarda de seus filhos na instituição almejando um desenvolvimento cognitivo e sócio-crítico, reconhecem a escola como mantenedora e facilitadora do ensino-aprendizagem, no qual o saber-sistematizado propicia o acesso e a permanência educacional.

Nesse sentido, a escola tem objetivo de formar o ser humano para ser transformador social e econômico-cultural de sua realidade local e global. Tal processo acontece continuamente durante a permanência escolar que projeta e direciona o aluno para a cidadania crítica, mas também para o mercado profissional que evolui tecnologicamente cada vez mais.

Entretanto, escola, família, comunidade, sociedade em geral e Poder Público são corresponsáveis pela formação educacional da criança e do adolescente, sendo certo que a evasão escolar constitui uma negação desta formação. O princípio da prioridade absoluta,

constitucionalmente garantido quanto à educação, somente será cumprido, quando o problema da evasão escolar for enfrentado de forma articulada, com vista a sua gradual redução, posto que a simples atuação de um órgão ou instituição apenas, não garante o sucesso do regresso ou permanência do aluno na escola. A intervenção conjunta é a que melhor atende aos interesses de todos, considerando que cada um, dentro da sua especificidade, reúne meios para tentar reverter o quadro de evasão ou infrequência do aluno.

Diante deste quadro, percebe-se a necessidade do comprometimento de todos aqueles que estão ligados à educação, para encurtar a distância entre o que diz a lei e a realidade, sendo uma das frentes de ação, o combate à evasão escolar, a fim de garantir a formação do cidadão e sua inserção na sociedade, de modo a contribuir para a sua transformação.

INFORMAÇÃO 002

As Causas da evasão escolar são variadas

O Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento da Evasão e Retenção Escolar no IFRJ/2016 desenvolvido como o objetivo de realizar o mapeamento da Evasão e Retenção no IFRJ, apontou que há um grande contingente de estudantes que evadem da instituição ou ficam retidos por vários períodos letivos.

Segundo estudos e pesquisas na área de educação as causas da evasão escolar são variadas, como condições socioeconômicas das famílias dos estudantes; necessidade de ingresso no mercado de trabalho; baixa qualidade do ensino nos anos iniciais de estudo (ensino fundamental) em prejuízo ao desempenho acadêmico dos alunos nos demais níveis de ensino; aspectos relacionados às escolas: tamanho, nível de investimentos e gastos, qualidades da formação acadêmica dos docentes e das infraestruturas; aspectos culturais, geográficos, segurança pública; problemas ligados às condições de saúde; gravidez e uso de drogas ou mesmo questões didático-pedagógicas e a duração prolongada dos cursos ofertados pelos institutos federais podem ser apontadas como causas possíveis para a evasão escolar.

Com certeza, a baixa qualidade da educação básica pública brasileira é um dos principais fatores para a evasão escolar no ensino superior. Esse fato contribui para que alguns alunos, ao ingressarem na graduação, sintam dificuldades nas matérias que exigem um aprofundamento de aprendizagem que deveria ter sido trabalhado no ensino médio.

É comum encontrar estudantes que tenham tido pouco ou nenhum embasamento durante o ensino médio, principalmente nas disciplinas da área de exatas. Isso faz com que esses alunos apresentem uma defasagem no conteúdo passado pelo professor.

Justamente por ser consequência de vários fatores, a evasão escolar não pode ser evitada por ações pontuais. Para atenuar esse fenômeno, é preciso colocar o tema na pauta do planejamento pedagógico no começo do período letivo e discutir o assunto de forma regular ao longo do semestre. Só assim é possível identificar no início das ministrações das disciplinas os alunos com propensão a problemas e trabalhar as causas desse comportamento. Normalmente o abandono dos estudos é apenas a última etapa de um processo que começa bem antes.

INFORMAÇÃO 003

A evasão nos Institutos Federais segundo Relatório do TCU de 2012

Quanto aos aspectos da evasão escolar o TCU registrou no Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de 2012, sua avaliação da atuação dos Institutos Federais com relação aos temas afetos a sua área de atuação, conforme transcrito:

A evasão representa problema que alcança diferentes modalidades de ensino em maior ou menor medida. No Brasil, a educação profissional não foge a essa regra, sendo um importante vazamento que impede que boa parte dos alunos concluam seus respectivos cursos. A meta de 90% para a taxa de conclusão prevista no Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020, ou mesmo da taxa de 80% para todas as modalidades de cursos ofertados pelos institutos prevista no Termo de Acordo de Metas (TAM), aparentemente, ainda é um ideal de longo-prazo. Quando se analisam as taxas de conclusão em nível nacional se situam em 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo.

Em relação as estratégias de combate evasão o TCU também observou que:

Em termos de estratégias de combate à evasão, será observado que muitas vezes a atuação dos campi, de determinado Instituto Federal, dá-se de forma isolada em relação aos demais. Constatou-se também oportunidade de aperfeiçoar os instrumentos voltados ao acompanhamento periódico da elevação gradual da taxa de conclusão dos cursos.

INFORMAÇÃO 004

Em resposta aos itens 03 e 06 da solicitação de auditoria nº. 02/2018-048, quanto as medidas tomadas pelo **campus Rio de Janeiro** para a **mitigação das evasões** nos cursos Técnico em Alimentos e Técnico de Manutenção e Suporte em Informática, respectivamente, o Diretor Geral do Campus, matrícula SIAPE nº 1054149, informou através do memorando eletrônico nº.46/2018 – DG/CRJ que para mitigação das evasões o campus vem promovendo as seguintes ações:

No curso Técnico em Alimentos

a) Aproximação com os alunos / Coordenação itinerante

Buscando solucionar ou reduzir problemas antes que eles tomem proporções maiores, a Coordenação vigente passou a conversar com os alunos do Curso de Alimentos, do 1º ao 8º período de forma ativa: marcando com cada turma cerca de quinze a vinte minutos para um encontro informal (geralmente bimestral e antes dos conselhos de classe), onde eles possam se sentir à vontade para expor o que os incomoda e relatar, também, as suas dúvidas e as duas vitórias. Os casos são analisados pela Coordenação e, dependendo de cada um, são encaminhados para que se tente buscar uma solução. Com isso a Coordenação consegue estabelecer um contato e, primeiramente, conhecer que são os alunos do Cursos desde o primeiro período, uma vez que as disciplinas técnicas só se iniciam a partir do terceiro período.

b) Tarde de Alimentos

Como detectado, um dos pontos que poderiam contribuir para a evasão nos primeiros períodos, consiste no fato dos alunos não terem conhecimento sobre o Curso, sobre a importância de uma formação técnica e sobre as áreas de atuação.

Visando estimular os alunos a conhecerem os objetivos do Curso Técnico em Alimentos, suas características, competências, a polivalência e campo de trabalho do Técnico em Alimentos, no dia 24 de julho de 2015 foi realizado o Dia Temático intitulado “1ª Tarde de Alimentos”, cujo lema foi “Instrução, diversão e integração”. A excelente repercussão do evento encorajou a Equipe a organizar a 2ª Tarde de Alimentos, que ocorreu no dia 05 de maio de 2017, com

Um caráter educativo, científico e cultural, de modo a fomentar a busca e a produção do conhecimento, permitindo a integração entre os alunos, a comunidade externa (ex-alunos, técnicos e convidados) e professores e também o compartilhamento de importantes vivências. Com base nos bons resultados da primeira e da segunda experiência, e após aperfeiçoamentos, a Equipe de Alimentos realizou no dia de hoje (12 de setembro) a “3ª Tarde de Alimentos”, visando agregar seus estudantes e colaboradores e aumentar a interação entre as áreas e atividades do Curso, focando, agora, na interseção entre o conhecimento técnico-científico, educação e valorização de experiências pessoais e profissionais dos participantes.

c) Projeto Oficinas

Com os objetivos de: aumentar o envolvimento com os alunos dos primeiros períodos despertar o interesse em áreas técnicas do Curso de Alimentos, envolver os alunos das turmas mais adiantadas como tutores, exercitar conhecimentos e habilidades ao longo do curso e contribuir na redução das taxas de evasão, foi criado o Projeto Oficinas.

Este projeto teve como público-alvo as turmas do ciclo básico (TM's) AM231 e AM241 e é constituído de ciclos de oficinas na área

De Alimentos. Cada ciclo foi composto de 4 oficinas diferentes, oferecidas com um intervalo de 15 dias, totalizando cerca de 2 meses de duração e cobrindo as sub-áreas de Microbiologia, Fermentação, Processamento de Alimentos & Análise Sensorial e Nutrição & Físico-Química de Alimentos.

Cada grupo de alunos, dividido em turmas, contou com o auxílio de 3 alunos tutores dos últimos períodos do Curso. Ao final dos quatro

Ciclos foi realizado um encontro, para apresentação dos conhecimentos obtidos. Até o momento, já foram realizadas duas rodadas do Projeto e os resultados foram muito satisfatórios de acordo com o retorno que tivemos por parte dos alunos envolvidos, sejam eles os dos períodos iniciais, que puderam entender mais sobre o curso, ou os dos períodos finais, que puderam mostrar seus conhecimentos na prática.

Na primeira rodada do Projeto Oficinas, os responsáveis pelos alunos que participaram das oficinas foram convidados e foi muito gratificante vê-los orgulhosos de seus filhos, ainda nos primeiros períodos, fazendo apresentações tão profissionais. Esse projeto constitui, também, uma experiência educacional muito rica, onde os alunos tutores também tiveram a oportunidade de aprender a definir objetivos, estabelecer metodologias e buscar resultados, não em sala de aula, mas em um ambiente tecnológico que também é local de ensino e aprendizagem.

d) Uma turma ajudando a outra

Visando uma diminuição no número de reprovações, a Coordenação vigente tem estimulado o relacionamento entre as turmas do Curso Técnico, de modo que alunos que já tenham passado por determinadas disciplinas possam auxiliar aqueles de outros períodos que estão com dificuldades. Essa ajuda tem surgido por meio de grupos de estudos, empréstimo de material das aulas e pelos alunos monitores de disciplinas, que marcam horários para auxiliar nos estudos.

Tivemos resultados promissores com essa experiência, como por exemplo, na disciplina de Físico-Química para a turma AM231 de 2017/2, que conseguiu melhorar o desempenho na disciplina após grupo de estudo realizado com integrantes da turma AM251 de 2017/2.

e) Encontro com os responsáveis

A família é um ponto chave no desenvolvimento do aluno e o seu apoio, mediante uma reprovação ou aos desafios de um Curso com duração de 4 anos, é primordial para manutenção do aluno em um curso.

Sabendo dessa importância, realizamos o "1º Encontro com os Responsáveis do Curso Técnico em Alimentos, onde foram convidados os responsáveis e demais familiares dos alunos de todas as turmas do Curso. O evento ocorreu no auditório do *Campus* e, além da Coordenação do Curso que apresentou aos responsáveis as competências e o mercado de trabalho para um Técnico em Alimentos,

contou com convidados especiais: responsáveis de alunos e ex-alunos do Curso que falaram sobre os desafios de ter um filho estudando no IFRJ, sobre reprovações, mas também mostraram aos demais responsáveis o que os seus filhos alcançaram através do Curso. Ao final do evento, os responsáveis puderam conhecer os ambientes tecnológicos associados às disciplinas específicas do Curso Técnico em Alimentos através de uma visita guiada realizada pelos próprios alunos do Curso.

f) Inserção de alunos em atividades de pesquisa e extensão

O desânimo causado por uma ou mais reprovações, pelo cansaço ou por outros fatores pode vir a levar um aluno a se desligar do curso, como já relatado por alunos evadidos e por colegas desses alunos. Dessa forma, a coordenação itinerante (citada no item “a”), ao detectar algum problema dessa natureza, busca integrar mais com o Curso esse aluno desmotivado. Foi verificado que, muitas vezes, essa situação se reverte quando o aluno é absorvido em alguma atividade de monitoria, e um projeto discente para a Semana da Química ou em projeto de pesquisa como aluno de iniciação científica, seja esta remunerada ou voluntária.

Concluindo que:

“Atualmente, verificamos que **as ações realizadas tiveram êxito**, uma vez que conseguimos reestabelecer turmas com maior número de alunos, com interesse pelo Curso, pela área de Alimentos, pela atuação como Técnico e, conseqüentemente com um índice menor de evasão”.

No curso Técnico de Manutenção e Suporte em Informática

1) Participação da Coordenação, como membro do GT-EJA do IFRJ, criado em 2015, visando fomentar discussões de questões, como o aprimoramento da divulgação dos cursos, criação de cursos que atendam a demanda da comunidade do entorno, práticas pedagógicas adequadas ao ensino, evasão escolar nesta modalidade, dentre outras.

Em julho de 2018 o GT-EJA foi dissolvido e criado o FEJA-IFRJ (Fórum de Educação de Jovens e Adultos do IFRJ). Com a participação dos coordenadores dos cursos da modalidade EJA dos demais *Campi* do IFRJ.

2) Ampliação das vagas de monitoria de informática no Campus Rio de Janeiro (Laboratórios de informática e CSTI) e na Reitoria, de forma a aproveitar os alunos do curso MSI.

3) Disponibilização de um monitor (estagiário) de Informática no horário de 14:00h às 18:00h (segunda a sexta), para atendimento dos alunos do MSI que não possuem computador em casa.

4) Oficina de programação básica ofertada pelo Professor Fabrício Nogueira, aos sábados pela manhã (08:00h as 12:00h).

5) Aproximação com empresas da área de Tecnologia da Informação, Microsoft e Cisco para utilização dos seus programas de certificação.

6) Organização de eventos da área de Tecnologia da Informação, como o Microsoft BootCamp, onde profissionais do mercado apresentam tendências tecnológicas, oferecem oportunidade de capacitação e distribuem licenças dos produtos.

7) Participação do evento Cisco Girls Day, que visam incentivar mulheres na carreira de TI.

8) Visitas de aproximação com empresas que possuem potenciais vagas para estágios na área de informática.

9) Acolhimento e acompanhamento dos novos alunos.

10) Reuniões periódicas do Colegiado de Curso para acompanhamento da situação de cada aluno.

ANÁLISE 001

Analisando os registros da p.10 do **Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento da Evasão e Retenção Escolar no IFRJ/2016**, podemos observar registros que tratam também sobre a carência de profissionais da área de assistência social para atender demandas dos *campi*. Os registros do Plano Estratégico apontam que:

“Outro ponto importante informado no estudo refere-se ao **número de assistentes sociais**, que segundo os pró-reitores e professores é **insuficiente** às necessidades dos *campi*. A justificativa deste profissional é apontada no relatório como importante para a execução de políticas de prevenção que visem à identificação de fatores relacionados à vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes que podem favorecer a evasão”.

Os relatos do referido plano nos remetem a um fato que já foi anteriormente detectado na **ação 2.4 do PAINT 2016 - Auxílio a Discente**, desenvolvida pela auditoria interna, sendo objeto de recomendação da Audin junto a determinados *campi*, para que envidassem esforços no intuito de incluir em seus quadros a presença de profissionais de assistência social para atuarem nas ações de assistência estudantil, considerando a relevância do trabalho desenvolvido por esses profissionais que atuam diretamente com os discentes e operacionalizam o processo de seleção e avaliação para ingresso e permanência nos programas de assistência estudantil. Assim, a alocação desses profissionais se faz necessário para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos *campi*.

ANÁLISE 002

Analisando os registros da p.87 do Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Tribunal de Contas da União de junho de 2012, observamos a existência de registros que apontam para as dificuldades no combate à evasão escolar no IFRJ naquele período, contendo relatos do **Diretor do Campus Maracanã**, em resposta a situação observada pela equipe de auditoria do TCU, a saber:

“Foram diagnosticados como problemas pelo **Reitor do IFRJ**, pelo Pró-Reitor de Ensino Médio, pela Diretora Geral do *Campus Nilópolis* e pelo **Diretor Geral do Campus Maracanã**: a) o alto índice de evasão nos cursos do Proeja no *Campus Nilópolis*; b) a existência de evasão do aluno do ensino médio técnico integrado no **Campus Maracanã** no 3º ano, um ano antes de sua conclusão; c) a retenção nos primeiros períodos dos cursos integrados nas disciplinas de física, química e matemática por discrepância de conhecimentos/ habilidades dos alunos no momento de entrada nos cursos.

Nas entrevistas e grupos focais, foi apontada como bastante expressiva a evasão do aluno do ensino médio técnico integrado no **Campus Maracanã** no 3º ano, um ano antes de sua conclusão, provocada pela certificação antecipada de conclusão do ensino médio, associada a essa possibilidade recente, há a iniciativa natural de muitos alunos buscarem nos Institutos Federais um ensino médio com qualidade já almejando o ingresso na Universidade, agravando a evasão, conforme relato do **Diretor Geral do Campus Maracanã**, em entrevista. Foram citadas outras causas como gravidez precoce e retenção nos primeiros períodos dos cursos integrados nas disciplinas de física, química e matemática. Segundo manifestação do Reitor do IFRJ, as taxas médias de evasão por semestre refletem as diversas formas/modalidades de cursos técnicos que oferecem, variando de 8% (cursos integrados) a 19%, no caso dos cursos concomitantes.

A **Reitoria do IFRJ** informou que dificuldades pedagógicas aliadas às dificuldades de aprendizagem dos discentes são causas de evasão.

Foi esclarecido que existem dificuldades de combate à evasão, como a ampliação da oferta de monitoria acadêmica das disciplinas com os maiores índices de reprovação, e em relação à **recuperação paralela**, pela falta de carga horária docente disponível para desenvolver esta ação.

O **Diretor Geral do Campus Maracanã**, em entrevista, que reconhece dificuldades nas ações de nivelamento, afirmou faltar nivelamento inicial para evitar a evasão e isto se deve, em grande medida, à falta de espaço físico e carência de docentes para realizá-lo”.

1. CONSTATAÇÃO 001

Fragilidade no controle de frequência dos alunos do campus

1.1 Fato

Analisando o mapa de notas global do curso Técnico em Alimentos Integrado ao ensino médio do Campus Rio de Janeiro do período de 2016.1, observamos que não há registros de notas nem de faltas para a maioria das disciplinas.

A mesma constatação também pode ser observada no mapa de notas global do curso Técnico em Alimentos Integrado ao ensino médio do Campus Rio de Janeiro do período de 2016.2, a saber, não há registros de notas, nem de faltas para várias disciplinas do curso, sendo registrado que todos os alunos estão matriculados no campus.

Analisando a Ata do Conselho de Classe MV1 – 2017.2 do curso Técnico em Alimentos do referido campus, observamos o registro da avaliação apresentada pelo aluno representante em face de outros alunos, sendo registrado que os alunos sob avaliação têm participação e frequência excelentes, entretanto no mapa de notas global do curso Técnico em Alimentos Integrado ao ensino médio do Campus Rio de Janeiro do período 2017.2, observamos que não há registros de notas, nem de faltas para **nenhuma** das disciplinas.

1.2 Causa

Inobservância ao previsto no parágrafo §1º do Art.22 do Regulamento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio (Anexo à Resolução nº. 08 de 13 de março de 2015.), quanto ao registro do controle diário da frequência dos educandos em seu diário de classe.

1.3 Recomendação

Aprimoramento na aplicação e manutenção do controle de frequência dos alunos.

1.4 Manifestação da Unidade Auditada

Não houve manifestação da unidade auditada.

1.5 Análise da Auditoria Interna

A frequência não é algo que pode ser presumida, ela tem que ser demonstrada e para isso existe a chamada que é obrigação do docente. É um ato burocrático sim, mas é um documento institucional de grande relevância no controle dos índices de evasão e retenção de alunos e que ganha maior importância ainda, a partir do momento em que se condiciona a manutenção da concessão de benefícios aos discentes ao critério de frequência, nesse sentido, a chamada tem que ser tratada com mais responsabilidade pelos docentes, pois a manutenção de muitos alunos na instituição depende dos benefícios concedidos.

Trata-se de uma questão que merece atenção especial pelos dirigentes da Instituição. Se o docente opta por não realizar a chamada, sua conduta não está correta, mas ele assume o risco dela, em face do prejuízo causado ao aluno e aos objetivos e metas institucionais.

BOAS PRÁTICAS:

CEFET - MG

3. É obrigatória a verificação de presença nas aulas?

Sim, é obrigatório que o professor faça chamada em todas as aulas, pode ser verbal ou lista de presença. NORMAS ACADÊMICAS: Art. 60º- § 2º- Independente do sistema de matrícula e de avaliação adotados será exigida uma frequência mínima às atividades de cada disciplina correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista, sendo considerado infrequente o aluno que não cumprir tal exigência.

Fonte: CEFET-MG - Departamento de Física e Matemática / Perguntas Frequentes
<http://www.dfm.cefetmg.br/site/sobre/aux/servicos/Perqguntasfrequent.html>

2. CONSTATAÇÃO 002

Ausência de Professor para a disciplina de Análise Instrumental I
--

2.1 Fato

Consultando o mapa de notas global do curso Técnico em Alimentos Integrado ao ensino médio do Campus Rio de Janeiro do período de 2017.2, observamos que as notas da disciplina **Análise Instrumental I** foram lançadas manualmente e, portanto, posterior ao registro de notas de todas as demais disciplinas, que se encontram registradas na forma digital.

Avaliando Ata do Conselho de Classe G2 – 2017.2 da turma AM26, observamos o seguinte registro, que relata a **ausência de professor** e de **representante** na disciplina em comento, a saber:

“Retificação de notas;

Todas as notas em Análise Instrumental foram alteradas para 10.0. Na verdade, não haviam sido lançadas as notas do G1 e do G2, **não havia professor presente nem representação”**

2.2 Causa

Comprometimento do processo ensino-aprendizagem.

2.3 Recomendação

Envide esforços para evitar a ausência de docentes em disciplinas dos cursos ministrados pelo campus.

2.4 Manifestação da Unidade Auditada

Não houve manifestação da unidade auditada.

2.5 Análise da Auditoria Interna

A falta de professores prejudica o processo de ensino-aprendizagem, pois compromete a formação do educando e, portanto, a qualidade do ensino, gerando, ainda, transtornos tanto para docentes, quanto para discentes, pois também conduzem a necessidade de reposição da matéria fora do cronograma regular de aulas. Sendo o professor, face ao seu contato direto e diário com o aluno, considerado um dos principais agentes do processo para o combate à evasão escolar, é imprescindível a presença do mesmo em sala de aula.

3. CONSTATAÇÃO 003

Alta taxa de evasão para as turmas do curso Técnico de Manutenção e Suporte em Informática.
--

3.1 Fato

Foi possível também observar que o quantitativo de alunos evadidos no **curso Técnico de Manutenção e Suporte em Informática** no Campus Rio de Janeiro é elevado.

Quadro 01: Alunos Matriculados no curso Técnico de Manutenção e Suporte em Informática

Período	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2	Total	Perc. Total
1º	7	24	27	14	72	40,0%
2º	12	6	7	17	42	23,3%
3º	7	11	4	6	28	15,6%
4º	1	4	10	3	18	10,0%
5º	0	1	3	10	14	7,8%
6º	2	0	1	3	6	3,3%
Alunos matriculados	29	46	52	53	180	100%

Fonte: Elaborado pela Audin a partir do memorando n°. 43-2018 DG/CRJ em resposta a SA 02-2018-009 e 019 da Audin.

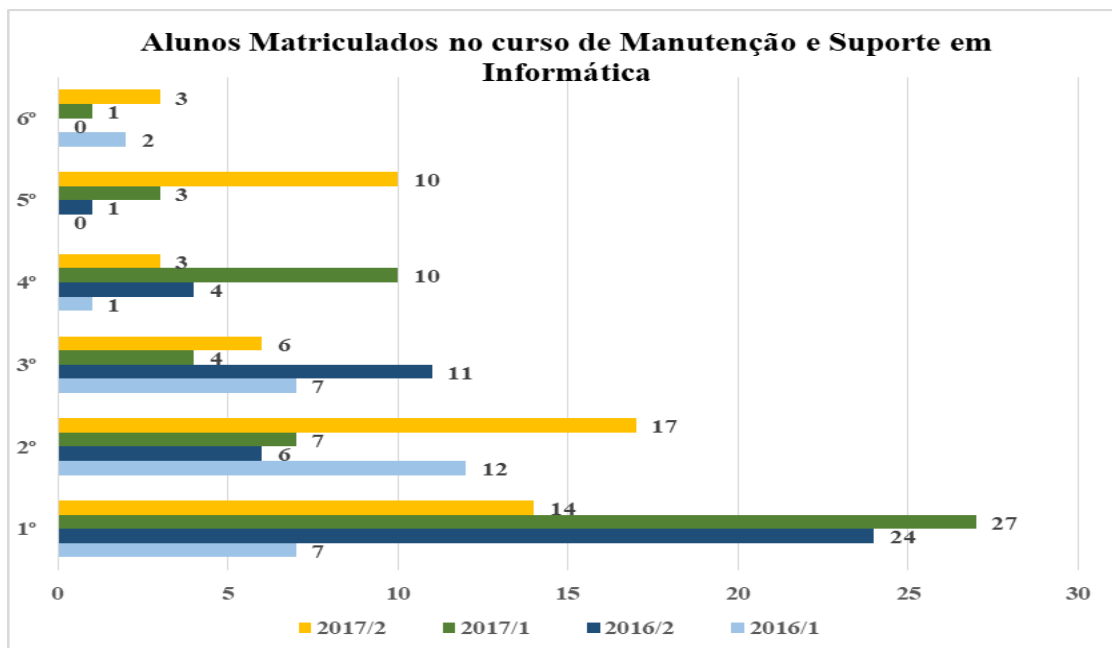
Quando analisado os períodos letivos de 2016/1 a 2017/2 observa-se uma **elevada taxa de evasão a partir do 3º período, conforme quadro 01.**

Cabe ressaltar que é de grande criticidade a ausência de alunos no 5º período em 2016/1, bem como no 6º período em 2016/2. Destaca-se ainda que turmas constituídas por 1 (um) ou 3 (três) alunos é alarmador, pois um curso que disponibiliza ofertas iniciais de 30 (trinta) vagas, apresente estes quantitativos de alunos em uma turma, o que correspondem respectivamente 3,33% e 10% das vagas iniciais ofertadas para o curso Técnico de Manutenção e Suporte em Informática.

Quadro 02: Variação das turmas do MSI em relação ao período anterior do CRJ

Período	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2
1º	-	-	-	-
2º	-	-14,3%	-70,8%	-37,0%
3º	-	-8,3%	-33,3%	-14,3%
4º	-	-42,9%	-9,1%	-25,0%
5º	-	0,0%	-25,0%	0,0%
6º	-	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaborado pela Audin a partir do memorando n°. 43-2018 DG/CRJ em resposta a SA 02-2018-009 e 019 da Audin.



Fonte: Elaborado pela Audin a partir do memorando n.º. 43-2018 DG/CRJ em resposta a SA 02-2018-009 e 019 da Audin.

Considerando que a turma entrante no ano de 2016/2 com 24 alunos, em 2017/1 sem considerar os reprovados, as matrículas destrancadas, as transferências etc., esta turma com 24 alunos iniciais em 2016/2 em comparação com a turma de 2017/1 do 2º período apresentou uma queda para 7 alunos, e em 2017/2 na turma de 3º período novamente declinou para 6 alunos, variando respectivamente **-70,8%**; **- 14,3%** em relação ao período anterior.

O Índice de eficácia da Instituição inserido no Termo de Acordo de Metas (TAM) define que o *alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.*

Observa-se que o comportamento temporal do quantitativo dos alunos das turmas não está indo em direção as metas estabelecidas, comprometendo a eficácia do IFRJ, pois a taxa de alunos com matrícula ativa, desconsiderado os reprovados, as matrículas destrancadas, as transferências etc., da turma entrante em 2016/1 no 3º período em 2017/2 é de apenas **25%**.

3.2 Causa

Não foi possível identificar as causas da evasão para o curso em epígrafe, contudo não podemos deixar de mencionar que estudos e pesquisas na área de educação mencionam que as causas da evasão escolar são variadas.

3.3 Recomendação

Envidar esforços, a fim de identificar as causas da evasão e a partir desta identificação adotar medidas para que se reduza o quantitativo de alunos evadidos para o curso MSI.

3.4 Manifestação da Unidade Auditada

Não houve manifestação da unidade auditada.

3.5 Análise da Auditoria Interna

Como não houve manifestação da unidade auditada para esta recomendação, a análise da auditoria interna se expressa na forma descrita no fato.

VII – CONCLUSÃO

Esta auditoria teve por objetivo verificar a Evasão e Retenção de discente no ensino técnico de nível médio e no ensino de graduação do IFRJ e de avaliar os controles internos existentes acerca desse problema no Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro, com vistas a propor medidas para reduzi-la.

Os trabalhos foram realizados a partir do levantamento e da análise de diversas informações acerca do cenário discente no IFRJ, confrontando-o com os normativos e a legislação vigente referente ao tema, e, considerando ainda os critérios de eficiência, eficácia e efetividade.

No que tange as atividades desenvolvidas no **Campus Rio de Janeiro** relativamente à matéria objeto da análise, destacamos que devem ser aprimorados os procedimentos de controle de frequência dos alunos a fim de evitar novas constatações.

Por derradeiro, cabe destacar que a Audin entende a complexidade do problema da evasão e da retenção discente. Dessa forma, as recomendações emitidas no presente relatório não possuem o intuito de esgotar as possibilidades de ações que podem ser adotadas para a

melhoria da gestão desse problema, mas sim de trazer à tona a discussão, com vistas a fortalecer os controles internos e diminuir os eventuais riscos que possam impedir ou dificultar o alcance dos objetivos institucionais do IFRJ.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2018.

EDSON DA SILVA BECKMAN
Auditor Interno
SIAPE:2291229/IFRJ

DANIELLE SILVA DE ARAUJO
Chefe da Auditoria Interna
SIAPE: 1691832/IFRJ